

## COMUNIDADE DEBATE COM REITORÁVEIS

O início dos debates sobre uma nova fase na universidade, decisões que afetam a comunidade, a sucessão do Reitor marca onde todos devem participar das de.

Vaja no Encarte

### SBPC na UNICAMP EM 82

O Prof. Crodowaldo Pavan, eleito presidente, da SBPC, reunido com professores da universidade e membros da Adunicamp, discutiu durante quase duas horas o papel social do cientista; falou da nova fase da SBPC e defendeu a democratização na Unicamp.

MESA REDONDA C/ PAVAN  
PÁGS. 6, 7 e 8

### CONSTITUINTE

A discussão sobre a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte está na ordem do dia.

Nas págs. 11 e 12, uma análise sobre a Constituinte

## PERSEGUIÇÃO NA BIOLOGIA

O chefe do Departamento de Histologia e Embriologia do Instituto de Biologia (IB), Walter August Hadler, que também acumula o cargo de Diretor do Instituto, há 16 anos, vem, arbitrariamente, tomando medidas incompatíveis com a dignidade do exercício profissional. Abusando de sua temporária condição de chefia, vem entando retirar a carga didática e tenta coibir as atividades de orientação da Profa. Débora de Queiroz Tavares. Coincidentemente, ela foi candi-

data, na mesma ocasião, ao cargo por ele ocupado e teve apoio de boa parte dos professores do Departamento. Além disso, é membro do Conselho de Representantes da ADUNICAMP. Caracteriza-se, portanto, ato de perseguição política deste professor, que tem afirmado, peremptoriamente, sua vontade de ver a Profa. Débora fora do Departamento.

Os alunos já decidiram boicotar as aulas da disciplina que normalmente seria da responsa-

bilidade da professora e manifestaram seu apoio a ela, encaminhando abaixo-assinado ao Diretor do IB, por coincidência o mesmo Walter August Hadler. A Diretoria da ADUNICAMP vem protestar por esse autoritarismo incompatível com a realidade que hoje vive nossa universidade e comunicar que envia todos os seus esforços para coibir atos como esses, vergonhosos à nossa dignidade e inaceitáveis para todos aqueles que aspiram a uma convivência democrática.

# EDUCAÇÃO E ELEIÇÃO

Que os educadores eduquem. Esta é a questão.

A UNICAMP vai se transformando e ganha, aos poucos, nova feição. As experiências vividas nas várias unidades (FEC, IEL, IFCH, FE, IFGW, etc), e até mesmo os episódios do IMECC e do IB, estão mostrando o caminho. Os professores estão aprendendo. A participação organizada da representação docente no Conselho Diretor o demonstra. Não é por outro motivo que a sucessão do atual reitor, num processo democrático, é pauta principal do semestre letivo que se inicia. Passamos da experiência localizada para a geral (e fundamental). Ela consegue catalisar para si as várias lutas que tem mobilizado os professores desta Universidade. Estas lutas não serão resolvidas pela clarividente escolha do nome acertado. Nossa participação decidida e corajosa é que mostrará a direção a seguir daqui para a frente e a possibilidade de se atingir, ou não, os objetivos almejados.

Juntamente com esta questão de magna importância, está colocada a sucessão da atual diretoria da ADUNICAMP, ao mesmo nível de importância, em suas respectivas esferas. Pretendemos fazer desta sucessão o exemplo democrático que ainda não está instalado na vida administrativa e burocrática da UNICAMP. Queremos que nossa Associação cumpra, ao nível institucional, a nossa tarefa profissional: educar. E tal desejo se realiza com apenas uma condição: que cada um esteja a postos para defender sua posição, num processo que beneficie a todos igualmente. Resumo: participação democrática.

Esta Diretoria considera-se recompensada por dois anos de esforços pela Associação. A entrega dos resultados da consulta é um fecho de mandato que muito nos orgulha. Agora é a vez de todos os professores. Mais do que nunca, cabe aos educadores educar; demonstrar, dentro e fora, de nossos muros, que a direção administrativa só é fértil quando harmonizada com a direção política, emanada, por sua vez da efetiva e ampla participação de todos, sem execução. Participar, discutir, construir é educar.

Esta é uma lição que nos será cobrada pela sociedade deste país.

## EXPEDIENTE:

Diretor Responsável: Paulo Renato Costa Souza. Editor: Graça Caldas. MT. 12918(RJ)

Conselho Editorial: Ana Maria Canesqui; Angel Pino Sirgado; Edmundo Fernandes Dias; Eliezer Rizzo de Oliveira; José Benedito Schneider; José Tomaz Vieira Pereira e Paulo Renato Costa Souza.

Composição e Impressão: Departamento de Imprensa Oficial Diário do Município. Av. Anchieta, 200. Campinas, SP.

## NOVA DIRETORIA ADUNICAMP

*Tendo em vista o encerramento do mandato da atual diretoria e do Conselho de Representantes da ADUNICAMP e as disposições estatutárias a respeito, estamos apresentando o calendário estabelecido para a sucessão dos mesmos.*

**2 Setembro: Assembléia Geral Ordinária**

- prestação de contas

- discussão da sucessão da atual diretoria

**3 Outubro: Encerramento de inscrições de chapas.**

**7/8 Outubro: Eleições para Diretoria e Conselho de Representantes.**

**27 Outubro: Posse**

# PROFESSORES: incoerências nos reajustes semestrais

Carlos Simões

I - Os Professores das escolas particulares, nos três níveis de ensino, têm seus salários reajustados semestralmente e aumentados anualmente de acordo com os critérios gerais da lei N.o. 6.708/79.

Como se sabe, esta lei estabelece (e não poderia ser de outra forma) normas muito amplas, sem entrar nos pormenores de sua execução. Estabelece garantias mínimas gerais e somente restringe de modo expresso e específico (como a exclusão injusta dos servidores públicos).

Estas normas, entretanto, devem ser executadas em consonância com os direitos específicos de cada categoria profissional. Não podem efetivar-se linear e mecanicamente, quando estas categorias tenham garantias legais vinculadas a salário-mínimo, horários de trabalho, natureza do salário e outros elementos da base de cálculo dos reajustes e aumentos.

No caso dos professores, os critérios de adaptação da lei às condições específicas de seu trabalho são, objetivamente, os estipulados em dois textos fundamentais: os arts. 317 a 324 da CLT e o Acordo em Dissídio Coletivo vigente, no ESP, a partir de março/81.

Temos assim três textos fundamentais a considerar: a lei 6.708/79, a CLT e o acordo salarial, formando um conjunto de normas que, além de não se contradizerem, estão organizadas por diferentes determinações. De um lado, o confronto dos referidos textos, para a apreensão do sentido que deles emerge, exige que a análise dos critérios legais do reajuste abranja o conjunto das cláusulas do acordo e dos direitos específicos da CLT; de outro, proíbe a que a norma ampla passe por cima dos direitos específicos das diversas categorias, exigindo adaptação à diversidade de bases de cálculo, horário de trabalho e outras particularidades que, por isso mesmo, distinguem justamente uma categoria profissional da outra. Os professores estão sob a tutela especial dos referidos artigos da CLT, que não são letra morta e não têm aplicabilidade restrita. Suas regras definem condições mínimas de trabalho dos professores, especialmente as da remuneração e do horário de trabalho. Se valiam antes da lei 6.708/79, valem agora ainda mais para os critérios de reajustes e aumento dos salários.

II - A lei 6.708/79 estabeleceu originariamente três faixas de reajuste (até 3, de 3 a 10 e acima de 10 SMs)

em relação às quais decresce o fator de aplicação do INPC (respectivamente 1.10, 1.00 e 0.80).

Para todos os assalariados significou uma recuperação parcial dos prejuízos do arrocho salarial. Já nessa época, entretanto, os empregados com salários médios e altos, em vista do referido decréscimo do fator de aplicação do INPC, protestaram contra a chamada redistribuição da renda "por baixo". Em dezembro/80 os referidos salários sofreram novo golpe, com duas alterações nas faixas:

1. Foi introduzida uma quarta faixa, com o fator 0.50. Esta faixa, aliás, fazia parte do projeto original, mas o Congresso cortou-a por significar rebaixamento salarial. As faixas ficaram sendo: até 3, de 3 a 10, de 10 a 15, de 15 a 20 e acima de 20 SMs, com os seguintes fatores de aplicação, respectivamente: 1.10, 1.00, 0.80, 0.50 do INPC.

2. Acima de 20 SMs o reajuste tornou-se facultativo, relegado à negociação entre os sindicatos.

Em relação aos horistas, o § único do art. 6o. da lei diz expressamente:

"Para o cálculo da correção do salário por hora de trabalho, aplicar-se-á o disposto no art. 2o. desta lei

(v.g. por faixas) substituindo-se o salário do trabalhador pelo seu salário por hora de trabalho e o salário - mínimo pelo salário - mínimo-hora". A lei é muito clara ao se referir aos horistas - trabalhadores que ganham por hora de trabalho, unidade de tempo de 60 minutos. Veremos, adiante, a importância deste pormenor. O salário-mínimo-hora, em março/81, é corretamente calculado na base do horário normal de trabalho de 8 horas por dia. Mas o art. 58 da CLT estabelece-o como limite máximo e por isso ressalva a validade de outros limites, obviamente inferiores:

"A duração normal de trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de oito horas, desde que não seja fixado outro limite".

O mês de trabalho é considerado de 30 dias num total, portanto, de 240 horas, de modo que o salário-mínimo por hora de trabalho, em março/81, era de:

SM mensal de Cr\$ 5.788,80  
240 horas - Cr\$ 24,12/hr.

O reajuste dos horistas ficou, portanto, na base de até 30 SM/hora, de 3 a 10 SM/hora e assim por diante, como segue:

Até Cr\$ 72,36 - 1.10 do INPC mais produtividade; De 72,37 a 241,20 1.00 do INPC mais produtividade; De 241,21 a 361,80 - 0,80 do INPC mais produtividade; De 361,81 a 482,40 - 0,50 do INPC mais produtividade; Acima de Cr\$ 482,40 - 0,00 do INPC mais produtividade.

III - os direitos específicos dos professores - expressos no acordo salarial e na CLT - não estão sendo considerados na aplicação da lei 6.708/79 para os fins do reajuste e do aumento, especialmente em relação a três elementos fundamentais do cálculo de reajuste, sem os quais os direitos específicos da categoria são letra morta:

hora aula, duração do trabalho e salário mínimo.

# TRÊS SUGESTÕES PARA A

## 1. - REDUÇÃO DO SALÁRIO-AULA A SALÁRIO-HORA

É notório que a remuneração dos professores é baseada no número de aulas semanais pagas mensalmente na base de quatro semanas e meia (art. 320 CLT). Este salário-aula não se identifica com o salário por hora de trabalho a que se refere expressamente o § único do art. 6o. da lei 6.708/79 acima transcrito. Este é o salário dos horistas, sendo muitos raros, aliás, os casos em que as aulas têm duração de 60 minutos. O acordo salarial é expresso, na cláusula 11o., em mandar observar a duração de 50m. para as aulas diurnas e 40m. para as noturnas. Mas a diferença não é apenas quantitativa. O salário por aula tem outra natureza porque os professores, numa unidade de tempo (40 ou 50 m.) contratada, produzem aulas dentro de um programa com conteúdo predeterminado, geralmente pelo Estado sob a forma de "ementas" e pelo próprio professor. Este não põe apenas sua força-de-trabalho à disposição do empregador: mais do que isso, obriga-se a produzir determinado resultado, pelo qual é responsável devendo, por si isso, ter habilitação específica, com atribuições e prerrogativas profissionais que o empregador não pode invadir.

Assim, enquanto o salário-hora é uma das formas clássicas do salário por unidade de tempo, o salário por aula é, sem dúvida, uma forma combinada que, além da unidade de tempo, inclui ainda determinada tarefa. Combina a unidade de tempo com o resultado a produzir (O SALÁRIO, Amauri M. Nascimento, LTR Editora Ltda., S.P., pág. 50).

A CLT, cautelosamente, não reduziu as aulas à remuneração por hora. Não é casual que se refira sempre à remuneração por aulas (consecutivas ou intercaladas, números de aulas, aulas excedentes, etc.) quando regula o trabalho e somente fale em remuneração por horas para outros serviços (por exemplo, durante o recesso escolar). Tanto assim que estabelece dois limites da jornada de tra-

balho: um em aulas e outro em horas, o primeiro de 6 aulas (para o ano letivo normal) e o segundo de 8 horas (durante o recesso escolar) (ver. art. 318 e o § 1o. do art. 322 CLT).

E o próprio acordo fala em aulas de maior ou menor duração (Cláusula 11o.).

Não há assim qualquer motivo para que se reduza o salário por aula a salário por hora de trabalho, isto é, por 60 m. de aula.

Já é tempo de se firmar a distinção, porque esta redução é uma das características da aplicação do acordo salarial, à revelia da carência de seu próprio texto e em prejuízo salarial da categoria. Esta redução é aceita pelo próprio SINPRO, na edição do texto do acordo, em uma tabela prática de cálculo do reajuste, nas páginas finais. É sintomático que, embora, faça o reajuste reduzindo as aulas a horas, denomine os professores de "aulistas" e não de horistas, como seria coerente.

O reajuste tem sido calculado na base do salário-mínimo-hora (o que está na lei) confrontado com o salário-aula quando, na verdade, em uma hora normal diurna de trabalho o salário do professor e, no mínimo, o da lei (Cr\$ 24,12) acrescido de mais 10 (diurno) ou 20 (noturno) minutos). Enquanto os horistas têm garantida aquela remuneração mínima a cada 60 m., os "aulistas" adquirem-na aos 50 m. Na aplicação da tabela dos reajustes, perdem assim uma diferença correspondente a Cr\$ 4,02 por hora de trabalho (isto para não falar na hora noturna) (60 - 24,12 logo 50 - 20,10 dif. 4.02).

Não é demais insistir que o § único do art.6o. da lei 6.708/79, como vimos, é expresso em se referir ao cálculo do reajuste do salário por hora de trabalho.

Portanto, o critério correto de cálculo do reajuste ou implicará em aumentar em Cr\$ 4,02 o valor do salário-mínimo-hora para fins do enquadramento nas faixas salariais (passando as faixas de Cr\$ 72,36 para Cr\$ 84,42, 241, 20 para 281,40 e assim por diante) ou em tomar como base o valor-aula acrescido da diferen-

ça. Neste caso, se um docente ganha Cr\$ 800,00 por aula de 50 m., seu salário por hora é de Cr\$ 960,00. Aparentemente, a elevação do valor-aula reduziria o percentual de aumento, o que não acontece. Basta aplicar à tabela para se concluir que um salário de Cr\$ 960,00 terá, em termos absolutos, um reajuste maior do que calculado em bases inferiores.

## 2. - DURAÇÃO MENSAL DE TRABALHO.

Como vimos, as faixas do salário-mínimo por hora de trabalho são calculadas para o horário normal de trabalho: 8 horas por 30 dias de trabalho.

Assim, o valor do salário-mínimo por hora tem como pressuposto uma jornada mensal de 8 horas, resultando do salário-mínimo mensal dividido por 240 horas (sendo 6 os dias da semana, temos 48 horas semanais, multiplicadas por 5 semanas).

Mas a legislação específica (tutela especial) faz duas restrições:

a. - O mês trabalhista dos professores não é de 5 semanas, mas de 4 semanas e meia (§ 1o. do art. 320 CLT);

b. A jornada normal é de 8 horas: "Num mesmo estabelecimento de ensino não poderá o professor dar, por dia, mais de quatro aulas consecutivas, nem mais de seis intercaladas" (art. 318 CLT).

Para facilitar, isolamos aqui a questão da duração das aulas, acima examinada. Além disso, consideramos apenas o limite de 6 aulas como limite máximo por dia de trabalho.

Portanto, mesmo que a duração das aulas fosse de 60 m. a duração máxima diária do trabalho docente seria de 6 horas. Logo a mensal seria de:

6/dia X 6 dias-semana X 4 semanas e meia = 162 horas/ mes.

Este é o limite máximo mensal (não considerando 10 m. a reduzir em cada uma das 162 horas ou então supondo que se toma, como base de cálculo, o valor-aula acrescido do valor equivalente a 10 m.).

Que significa tal limite do ponto

# NEGOCIAÇÃO SINDICAL

de vista trabalhista? Significa que os professores, cumprida sua jornada normal de trabalho têm direito ao salário-mínimo - o mesmo que, corretamente, foi utilizado para o cálculo dos reajustes: Cr\$ 5.788,80. Em outros termos, enquanto os trabalhadores em geral têm direito ao salário-mínimo somente após 8 horas diárias de trabalho (art. 58 e 76 CLT) os professores adquirem-na com apenas 6 horas diárias.

No entanto, são enquadrados nas faixas da tabela do reajuste na base do salário-mínimo equivalente a 240 horas mensais. Neste sentido os intérpretes do texto do acordo são muito coerentes: se reduzem o salário-aula a salário hora, devem igualmente ampliar as 162 horas mensais para 240 horas. Os docentes são enquadrados nas faixas na base de Cr\$ 24,12 de salário-mínimo por hora. A rigor têm garantido um salário-mínimo por hora de Cr\$ 35,73 (Cr\$ 5.788,80 - 162 horas) de modo que deveriam ingressar nas faixas ou com o valor destas alterado (passando de Cr\$ 72,36 para 107,19, com o valor de 241,20 para 357,30 etc.) ou aplicando-se o critério da redução proporcional à remuneração mínima garantida pela tutela especial da CLT, incluindo assim na primeira faixa a diferença de remuneração que, atualmente, é jogada para as faixas superiores subsequentes.

### 3. - SALÁRIO-MÍNIMO PROFISSIONAL

Finalmente, há uma terceira garantia dos professores a considerar. A referida edição do SINPRO, ao comentar o texto do acordo salarial, apresenta uma cláusula nova, a de N.o. 5:

“Será assegurado aos Auxiliares de Administração Escolar e demais **Empregados** dos estabelecimentos de ensino particulares citados na cláusula primeira (isto é, nas bases territoriais do SINRO e Federação) um

piso salarial correspondente ao maior salário-mínimo vigente no País, acrescido de 25 por cento (vinte e cinco por cento)”.

Não cabe aqui discutir a natureza do **piso salarial**, em relação ao salário-mínimo. A natureza desta garantia não decorre do título que o acordo adota. Efetivamente a leitura da cláusula evidencia logo que se trata de uma garantia efetiva de salário-mínimo profissional, de tal forma que nenhum professor, cumprindo sua jornada normal de trabalho (4 aulas consecutivas ou 6 alternadas), pode ganhar menos que o maior salário-mínimo vigente acrescido de 25 por cento. Observe-se que estes 25 por cento não têm qualquer vinculação com o descanso semanal remunerado, que está expressamente garantido, no acordo, na cláusula 7o.. Os 25 por cento são uma elevação efetiva da remuneração mínima dos professores após a jornada normal de trabalho.

Ora, o cálculo oficial do reajuste, até a presente data, tem desconsiderado o piso mínimo, como se, para o ensino, vigesse o salário-mínimo de Cr\$ 5.788,80, em vez de Cr\$ 7.236,00 (SM mais 25 por cento).

Qualquer informação adicional sobre o artigo do advogado Carlos Simões, da ADUNICAMP, pode ser obtida através do telefone da Associação de Docentes da Unicamp, 39.1148

Nesta base é evidente que, tal como nos dois itens anteriores, resulta uma diferença de reajuste. Em termos práticos esta diferença equivale à elevação do valor das faixas da tabela em 25 por cento, propiciado a incidência de fatores de aplicação do INPC sobre as parcelas do salário (de Cr\$ 72,36 para 90,45, 241,20 para 301,50 e assim por diante).

IV - Estes são três elementos fundamentais que afirmam os direitos específicos dos professores celetistas no interior da lei dos reajustes e aumentos salariais. Foram expostos de forma a evidenciarem de forma simples os respectivos fundamentos jurídicos e propiciarem sua análise separadamente. Aplicados cumulativamente, entretanto, resultam em diferenças salariais significativas.

Sua exemplificação é tarefa para um próximo trabalho, que tem um pressuposto político: a luta pela integração dos direitos específicos da categoria, já **conquistados**, nos direitos mais amplos da lei 6.708/79, dos trabalhadores em geral. Estabelecer o vínculo entre os direitos específicos e a lei mais geral é a tarefa fundamental das entidades representativas dos professores.

## FOTOQUÍMICA E FOTOBIOLOGIA

Será realizado na Unicamp nos dias 16 e 17 de outubro do corrente o 1o. Encontro Informal Brasileiro de Fotoquímica e Fotobiologia. O encontro

constará de três conferências plenárias e apresentação de trabalhos. As conferências serão:

Fotoquímica de Polímeros, C. Decker de Mulhouse, França; Fotoquímica Orgânica, E. Lissi de Santiago, Chile e Fotobioquímica sem luz, G. Cilento, São Paulo.

A apresentação dos trabalhos pelos 20 grupos de pesquisadores inscritos visa dar condições para um maior intercâmbio entre estes grupos no país.

O encontro terá financiamento do CNPq, FAPESP e Academia Brasileira de Ciências e se realizará no salão nobre da Unicamp.

Maiores informações com o Prof. Marco - Aurelio de Paoli (ramal 266) no Instituto de Química.

# MESA REDONDA

Numa mesa redonda com professores da Unicamp, o prof. Crodowaldo Pavan, do Departamento de Genética da universidade e recentemente eleito presidente da SBPC fala dos seus projetos, dá a sua opinião sobre: relação da comunidade científica com o governo; papel da SBPC; situação da universidade brasileira hoje e analisa o processo de democratização que a Unicamp está vivendo. Além disso, fala também da organização da 34a. reunião da SBPC, em julho de 82, na Unicamp.

JORNAL DA ADUNICAMP: Professor Pavan, qual é o seu programa de trabalho à frente da SBPC?

CRODOWALDO PAVAN: Muita gente está dizendo por aí que a SBPC estava numa fase muito complicada e agora está numa fase simples. Acho o contrário. A SBPC está numa das fases extremamente importantes no desenvolvimento do país.

J.A.: O senhor poderia explicar melhor esta fase complicada da SBPC?

PAVAN: Havia uma incompatibilidade entre o comportamento do governo e o que a SBPC desejava. Estas fases de 76, 77 e 78 foram extraordinárias na atividade da SBPC. Toda vez que a SBPC precisar interferir em problemas importantes do país, só espero que a SBPC ainda tenha o reconhecimento seja do governo, seja do público, que teve no passado. Agora, para nós mantermos este reconhecimento, esta responsabilidade perante a sociedade como um todo e perante o governo, acho que a SBPC tem que ter um comportamento dentro do seu esquema. E o esquema básico mais importante a meu ver dentro da SBPC é o desenvolvimento científico. É a análise de problemas brasileiros, uma análise de competência, a partir de dados. O MIOLO NÃO MUDOU NESSES 33 ANOS

PAVAN: O miolo da SBPC não mudou nesses 33 anos. A única coisa que mudou foram as circunstâncias que independeram da SBPC, mais em função das condições sociais, políticas e econômicas do país. Então a SBPC se envolveu em situações e, a meu ver, com grande sucesso. Estamos perfeitamente cientes que não há de ser através da SBPC que nós vamos resolver todos os problemas do país. Agora, nos problemas relacionados a determinadas especialidades; nos problemas que dependem

de conhecimento científico ou, em que a SBPC tenha pessoal qualificado, então nós vamos lutar para que a nossa opinião, ou pelo menos a opinião desses indivíduos abalisados que será a opinião da SBPC sejam reconhecidos.

J.A.: A SBPC estaria então deixando de lado seu papel político?

PAVAN: Dificilmente poderíamos dissociar a parte de um parecer técnico da parte política no sentido de decisão e de desenvolvimento científico e intelectual do país. Seria um absurdo dizermos que estaremos fora da política, porque este é o papel social do cientista e eu espero que ninguém vá tentar nos inibir ou pelo menos pensar que nós não estamos pensando no país como uma organização social para a qual nós temos pessoal categorizado para dar sugestões e fazer análises de coisas que estão certas e erradas. A SBPC tornou-se um fórum de debate franco que não era permitido em lugar nenhum a não ser às vezes, digamos, no Legislativo ou no Senado. Nesse momento em que problemas políticos foram envolvidos com as reuniões anuais da SBPC, surgiram situações até mesmo parecidas com comícios políticos.

O BRASIL NÚ

J.A.: Esta seria a sua restrição?

PAVAN: Exatamente. Acho que nós devemos fazer uma distinção nítida entre o que é da SBPC internamente e o que é do lado de fora. Esta parte do lado de fora, o colateral, nós achamos formidável porque é a maneira de vermos o Brasil nú, sem qualquer artifício de roupagem. Esta parte que envolve o miolo, nós apoiamos. Entretanto, não é da nossa responsabilidade. Nós, como somos uma sociedade democrática como gostamos que sejamos, não podemos evitar. Óbvio porém que não vamos encampar

todas as coisas que estão lá. Encamparemos todas as coisas que julgarmos que estamos capacitados para fazê-las. INTEGRAÇÃO SEM PERTURBAÇÃO.

J.A.: O miolo estaria então sendo prejudicado em função da parte externa?

PAVAN: Ao contrário, está sendo melhorado. Mas o externo não deve prejudicar com seus ruídos a parte do miolo. Em havendo respeito ao miolo, respeitaremos absolutamente e convidamos o pessoal a tomar parte na parte periférica. A SBPC gosta de fazer análises que requerem um estudo prévio que nós não podemos fazer de última hora, numa reunião anual, em que aparecem indivíduos que nós nem sabemos quem são, não só indivíduos, como grupos. Nós não temos infra-estrutura capaz de absorver tudo. A SBPC luta com falta de verbas. Na Unicamp, em julho de 82, não tenho certeza se poderemos fazer na reunião da SBPC, tudo aquilo que gostaríamos. Queremos sobretudo que haja uma integração e não uma perturbação dos dois lados.

J.A.: E como o sr. pensa em viabilizar isso?

PAVAN: São acomodações que devemos fazer. Uma possível sugestão é fazer com que todos os participantes da reunião anual se concentrem de uma maneira ou de outra, no básico e no restaurante. Esta região seria o território livre, a SBPC brasileira. Agora, as reuniões especializadas ou gerais, em locais um pouco afastadas do centro.

COLOCAR A CASA EM ORDEM

J.A.: O novo presidente da SBPC teria uma política de colocar a casa em ordem?

PAVAN: Nossa intenção é colocar a casa em ordem, mesmo, por um motivo muito simples: surgiram novos problemas. Quando eu digo colocar a casa em ordem é manter tudo isso que está aí, mas dentro de uma ordem racional, no sentido de ter lugar para todos. A SBPC além de se preocupar única e exclusivamente com o miolo vai também se preocupar com a parte colateral que é a representação do Brasil. Esta é a realidade brasileira

# ELEIÇÕES NOVO REITOR

AOS PROFESSORES, ALUNOS E FUNCIONÁRIOS DA UNICAMP

É do conhecimento geral que o mandato do atual reitor termina em abril de 1982. A Associação de Docentes da UNICAMP (ADUNICAMP) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), coerentes com suas atuações no sentido de democratização, veem o processo de sucessão como essencial para garantir o espaço de participação já conquistado por toda a comunidade e mais ainda, ampliá-lo.

Alguns obstáculos institucionais se colocam contra um processo efetivamente democrático, qual seja o da eleição livre e direta para escolha de um único nome. O envio de uma lista sêxtupla, pelo Conselho Diretor, para posterior escolha do governador é uma regra imposta contra as aspirações da comunidade; entretanto, sua alteração exigirá, hoje, uma alteração radical da estrutura de poder no Estado. Por isso, consideramos um passo marcante, no sentido da democratização da UNICAMP, a decisão recente do Conselho Diretor, onde os representantes docentes e discentes têm mostrado decidida participação, delegando às entidades representativas a tarefa de uma ampla consulta para a confecção da lista sêxtupla.

## E VAMOS LEVÁ-LA À FRENTE

A UNICAMP vive, hoje, uma fase de transformação (não apenas de crise). As lutas cotidianas contra o poder da burocracia têm mostrado a necessidade de uma reestruturação administrativa bastante profunda e tal tarefa só poderia ser desempenhada a contento por toda a comunidade, tendo à frente um reitor de sua confiança. Queremos uma estrutura que represente os professores, alunos e funcionários frente ao Estado e não a atual representação do mesmo frente a nós.

Chamamos a atenção para o quase pionerismo desse processo amplo de participação na escolha de um reitor universitário. Casos semelhantes se deram apenas na Universidade Federal de São Carlos (fundação), Universidade Federal de Santa Catarina (autarquia) e Pontifícia Católica de São Paulo (particular). Nossa responsabilidade é ainda aumentada, quando sabemos que neste segundo semestre se dará também a sucessão do reitor da Universidade de São Paulo (USP), num processo bastante diferente do nosso.

Nunca é demais repetir que a democracia não é dádiva e essa conquista só se dá com participação, a sua participação. As atividades programadas não só pedem, exigem sua presença. Vá aos debates conhecer o que pensa seu futuro reitor.

# CALENDÁRIO CONJUNTO

17 Setembro: "UNIVERSIDADE NO BRASIL, HOJE"

- ensino público e gratuito X ensino pago
- política educacional e reforma universitária de 1968
- ciência e tecnologia nacional
- universidade nas grandes decisões nacionais

23 Setembro: "PROPOSTA PARA UNICAMP"

- regime de trabalho de professores e funcionários
- participação de professores, alunos e funcionários nos órgãos diretivos
- uma estrutura de poder mais democrática
- institucionalização da UNICAMP sob o atual ou sob um novo estatuto?

24 Setembro - 5 Outubro

Realização de assembléias nos setores para definição de um programa mínimo

6 Outubro: Definição de programas e candidatos

20/21/22 Outubro: Eleições para confecção da lista sêxtupla

27 Outubro: Entrega da lista ao Conselho Diretor

# ADUNICAMP

# D C E

# COM PAVAN

e a SBPC não quer outra coisa a não ser tentar analisar o problema brasileiro. O que acho muito importante e que muita gente tem em mente é que a SBPC deve manter aquela seriedade de saber quais são os seus limites. Não vamos fazer da SBPC o painel onde serão resolvidos todos os problemas brasileiros. Isto seria um absurdo e não é finalidade básica da SBPC. Agora, uma coisa eu gostaria de deixar bem claro que é o papel da SBPC. Se não existisse a SBPC, a CAPES, o MEC ou qualquer outro organismo que esteja realmente interessado no desenvolvimento intelectual brasileiro deveria criar uma SBPC ou algo parecido.

J.A.: Qual o eco que o governo tem dado às sugestões e críticas da SBPC?

PAVAN: Quando a gente fala governo, felizmente no Brasil o governo não é um só homem, não é uma pessoa. tem seu presidente, seus ministros, etc. Então, seria absurdo nós imaginarmos que todas as sugestões dos problemas discutidos na SBPC não tenha qualquer repercussão no governo e influência. O governo não diz. Mas esta influência está lá. Agora, que o governo não tem ouvido a SBPC na medida que deveria nós também estamos de acordo. Não houve o entrosamento que deveria. Digo isso não apenas com relação à SBPC, como também em relação às Academias de Ciências que, embora não sejam órgãos de contestação, também não têm sido ouvidas. Mesmo nos países didatoriais, as Academias têm uma influência no seu governo muito maior que no Brasil.

## INFLUÊNCIA DOS CIENTISTAS NO GOVERNO

J.A.: O sr. concordaria então que as Academias de Ciências, a SBPC e todos os órgãos de expressão acadêmica são ouvidos pelo governo na medida do seu interesse e a partir de uma linha já definida previamente por ele?

PAVAN: É um raciocínio válido como qualquer outro. Óbvio que se eu perguntar para alguém do governo ele vai dizer: "não é bem assim". Em muitas coisas o governo até ouviu e em outras não deu a menor atenção. Estruturadamente, alguma coisa está errada, porque em muitos casos, as Aca-

mias não só teriam competência, como seriam as únicas para opinar. Dias atrás saiu uma notícia dizendo que no governo existe pesquisadores. Não estou absolutamente colocando em dúvida a idoneidade científica destes nossos colegas que estão dentro do sistema. A única coisa que estamos pedindo e vamos pedir é que ao lado desta opinião seja dada a liberdade de uma análise do mesmo problema por pesquisadores independentes. Precisamos e podemos realmente contribuir. Estamos solicitando ao Ministro Delfim Neto e até já conversamos informalmente com o próprio presidente - não eu, mas a comunidade - a oportunidade de nós, de vez em quando formarmos comissões de especialistas dentro da área a ser discutida. Acho que devemos convencer ao governo de que nossa contribuição é importante.

J.A.: Neste contato com o presidente qual foi a sua disponibilidade?

PAVAN: O Presidente Figueiredo tem uma vantagem. É muito aberto e aceita diálogo. Tivemos uma conversa totalmente franca. Ele disse o que pensava e nós também. A impressão que ficou é que pelo menos um diálogo possa existir.

J.A.: O prof. Rogério Cerqueira Leite disse que irá sugerir que um dos temas importantes de discussão na próxima SBPC seja a participação efetiva da universidade na comunidade civil, através de seus governos. Qual a sua opinião?

PAVAN: Estou de inteiro acordo. Vamos discutir esse problema porque, a meu ver, uma das coisas mais importantes que devemos fazer é resolver não só na Unicamp mas em todas as universidades brasileiras o problema de contato e colaboração da universidade com a comunidade. Acho que devemos ter uma responsabilidade nesse sentido e a Unicamp, a meu ver, tem possibilidade de abrir uma nova fase, um novo modelo de universidade-indústria-comunidade.

J.A.: De que forma deve haver esta relação? Esta é uma questão controversa?

PAVAN: Não. Acho que os únicos desentendimentos que existem são com

relação ao problema da indústria nacional e multinacional. Se nós não pensarmos no desenvolvimento nacional, com a ajuda ou a despeito das multinacionais, nós da universidade estamos fracassando.

J.A.: Já se produz hoje, nas universidades brasileiras, tecnologia nacional e, nem por isso, ela é sempre absorvida pelo governo. Como o senhor vê isso?

PAVAN: Nós estamos numa fase de transição: mas o único jeito é lutar para que coisas deste tipo não aconteçam. Além disso, é exatamente importante mostrar ao governo que nós temos técnicos tão competentes e até mesmo mais, que muitos estrangeiros; por ignorância do governo ou por outro motivo, os estrangeiros são convidados para resolver problemas nossos.

J.A.: Será que o governo desconhece esta tecnologia já existente quando ele mesmo, através de seus organismos financiadores de pesquisa, participa de seu desenvolvimento?

PAVAN: Vou dar por barato que existe uma ignorância da qual nós talvez sejamos um pouco culpados. Nós temos um problema grave que é o problema da divulgação de conhecimento para o povo. Não adianta só fazermos publicações especializadas. Precisamos dar à opinião pública uma satisfação do que fazemos, e quando a gente reclamar do governo por não atender nossas reivindicações, temos de ter o apoio do povo para dizer: "eles estão certos". Nós temos dificuldades de fazer divulgação científica no Brasil. A Folha de São Paulo está nos dando todo o apoio, mas os outros jornais ainda estão um pouco reticentes e a própria comunidade científica, a meu ver, é pouco responsável por isto. De qualquer maneira, existe uma grande ignorância do que se faz e pode ser feito no país, e a nossa pequena mas altamente qualificada massa crítica infelizmente não está sendo bem aproveitada pelo governo.

## O PROJETO DA UNICAMP

J.A.: O sr. acha que seria viável aqui na Unicamp um projeto para abertura das universidades brasileiras?

# SBPC cont.

PAVAN: Se não fizermos acho que seria lamentável, porque a Unicamp tem potencialidade e, além disso goza de uma reputação tanto nacional como internacional que poucas outras universidades brasileiras têm. Se não aproveitarmos essas coisas que temos acho que estaremos fracassando aqui na Unicamp.

J.A.: Para a realização deste projeto não precisaríamos de uma reitoria, uma administração e um corpo docente conscientizado da necessidade de se caminhar nessa direção?

PAVAN: Se os professores não estiverem conscientizados da importância deste projeto e do que deve ser feito, então não há reitor, governador nem presidente que possa fazê-lo. O problema básico das universidades-óbvio que não podemos nos esquecer da parte de orçamento, etc. que não é de menor importância, mas vejo como necessidade absoluta neste processo de mudança, uma coisa começando de baixo para cima. Se começarmos de baixo para cima e não funcionar por razões do governo nós poderemos reclamar. Mas se não tivermos este começo de baixo para cima não temos o direito de reclamar do que o governo faz.

J.A.: E será que esta consciência já existe em geral entre os professores da Unicamp?

PAVAN: Nunca esperem totalidade na resolução dos problemas. Temos que ter um grupo que tem de ser pequeno, idealista e trabalhador. Em tendo este grupo, o resto vai junto. Os outros vão nos apoiar na medida em que nossas atividades demonstrem que são coisas positivas e racionais. Agora, esperar que todo mundo colabore não vai acontecer nunca. Está aí a história para nos provar que todo o progresso científico e intelectual de qualquer ordem foi feito por uma minoria de um valor extraordinário e a minoria que trabalha.

## AValiação DE COMPETÊNCIA E PRODUÇÃO

J.A.: E, de que maneira o sr. acha que se poderá chegar à cristalização desde grupo que irá permitir esta mudança na universidade?

PAVAN: A única maneira que vejo

será obrigarmos a universidade a fazer um dia por semana em que todos - alunos e professores estejam livres para discutirem assuntos sociais, assuntos da universidade, do Estado, do município. Não seriam reuniões gerais. Em cada área haveria um grupo. Mas, para não fazer deste dia um feriado, haveria presença obrigatória. Seria um dia de avaliação de nossas atividades.

Posso garantir a vocês que depois de algum tempo de realização destas discussões sairão naturalmente alguns indivíduos que será uma liderança, capaz de dar ao governo, dar ao reitor, e ao diretor de Instituto, aos chefes de departamentos, aquilo que estamos precisando. O defeito das universidades brasileiras é a falta de avaliação de competência e produção. Infelizmente as universidades brasileiras se caracterizam por promoção por tempo de serviço.

J.A.: O sr. disse há pouco que a mudança na universidade deveria se dar de baixo para cima e, ao mesmo tempo disse que seria uma minoria entusiasmada que faria isso. Como faz a ligação entre esse vir de baixo para cima e ao mesmo tempo sendo feito por esta minoria?

PAVAN: Em primeiro lugar se faria a elaboração do projeto, das idéias, do esquema. A minoria, este grupo de liderança vai fazer isso tudo e depois submeter à massa para ouvir sua opinião que poderá mudar ou não a proposta do grupo.

Todo mundo participaria, inclusive aluno. A meu ver, não existe universidade ainda no Brasil, porque não há integração. A própria Unicamp que poderia ser um exemplo não o é, porque nós ainda nos desconhecemos uns aos outros. No Brasil, depois de 64 ficou aquele negócio de que três numa reunião já é conspiração.

J.A.: Na Unicamp, a partir da greve de 79, as pessoas se conheceram melhor e, a partir daí tivemos mais condição de levar à frente um trabalho conjunto. O sr. tem esta mesma impressão?

PAVAN: Não existe grande progresso no mundo onde não há crise. Onde tudo está resolvido há estagnação. O Brasil, infelizmente, vive em crise e o pessoal da universidade não está compreendendo esta crise. Está achando que em se tendo um bom

salário, publicando, está bom. Não está. O que a gente tem de ver é que a crise no Brasil é permanente. No Brasil vivemos uma situação de desafio contínuo, infelizmente, não estamos aproveitando a grande oportunidade de desafio que o país está oferecendo para a gente.

**DEMOCRATIZAÇÃO NA UNICAMP**  
J.A.: Como o sr. está vendo o processo de democratização da Unicamp e, como reitorável, qual seria o seu projeto?

PAVAN: Gostaria de não ser reitorável e não o sou na presente situação de presidente da SBPC e diretor-presidente do Conselho Técnico Administrativo da FAPESP. E, além disso, sou recém chegado à Unicamp. Estou vendo este problema de democratização da Unicamp com grande preocupação. Não podemos nos esquecer de que qualquer modificação do tipo que está sendo proposto e que eu concordo, requer uma responsabilidade e uma infra-estrutura que, infelizmente nem sempre é encontrada na comunidade. Se errarmos agora, poderemos breçar a possibilidade de desenvolvimento de outros sistemas que sejam tão progressistas e tão desejáveis como o que estamos querendo.

## JULGAMENTO DE INTELLECTUAL

J.A.: O que o sr. acha da discussão destes temas com todos os reitoráveis, agora no segundo semestre? Um debate com toda a comunidade.

PAVAN: Devemos discutir com a universidade inteira, porque esta é uma fase extremamente importante na vida da universidade. O problema tem de ser discutido pra valer. Devemos ter em mente que vamos ter mais obrigações do que regalias e direitos e, se tivermos consciência disso, não vai haver problema algum, porque vai haver responsabilidade. Na Unicamp, estamos numa situação muito chata de que muita gente não quer dar aula na sexta-feira porque já é fim de semana. Alguma coisa está errada. Infelizmente tenho muitos colegas que acham que o intelectual não deve ser julgado. Está errado. Devemos fazer um julgamento sim e espero que se discuta isso nesta futura reforma da Unicamp. A análise de competência e produção. Se não o fizermos, estaremos cometendo um crime de lesa pátria.

# II CONAD: pelo ensino público

Edmundo Fernandes Dias

A política educacional do governo foi o elemento principal do trabalho do II CONAD (Conselho Nacional das Associações de Docentes). Dentro do debate sobre política educacional colocavam-se questões importantíssimas para o desenvolvimento da educação nacional: Subsídios para as escolas particulares, transformação das universidades autárquicas em fundações e implantação do ensino pago nas universidades públicas. Tudo isso obviamente implicava em aceitar ou não o encaminhamento para a transformação do ensino superior brasileiro em algo totalmente privatizado.

## SUBSÍDIOS? RESPOSTA A CRISE OU CAPITULAÇÃO?

De todos os debates aquele que suscitou maiores polémicas foi o do subsídio. Isso não quer dizer, todavia, que o plenário do II CONAD estivesse realmente dividido. Os grupos mixtos (que reuniam delegados de estaduais, particulares, federais autárquicas e federais fundações) foram unânimes em combater o subsídio à capitalização das mantenedoras. Apenas no grupo 2 houve uma proposta que admitia uma situação transitória, onde o subsídio poderia ser aceito. Essa proposta teve 5 votos em 26. Apesar dessa unanimidade e decisão do II CONAD passou por duas votações que terminaram empatadas.

Por que isso? No nosso entendimento as duas votações (17 a 17 e 5 abstenções e 19 a 19 e 3 abstenções) ocorreram em função da falta de politização do debate. Na realidade quando a questão foi submetida a plenária, os que historicamente defenderam a posição do subsídio não quiseram que fosse tomada uma decisão sem ambiguidade. Houve anteriormente uma tentativa de obter um texto que satisfizesse ao conjunto do plenário e cuja formulação era a seguinte: "O CONAD se posiciona contra a concessão de subsídios às mantenedoras porque funcionam efetivamente como empresas privadas de ensino, capitalizando ou distribuindo a seus proprietários os benefícios obtidos, sem qualquer proveito para o ensino e a pesquisa na universidade.

Esse texto era coerente com as decisões dos grupos mixtos. Qual não foi a surpresa quando os históricos defensores do subsídio propõem "alternativamente" que se substitua no início da frase o "porque", colocando-se em seu lugar "na medida em que". Obviamente não é uma questão de palavras. O uso do **porque** indica uma causalidade, enquanto que o **na medida em que** reduz a frase a uma mera possibilidade. Tentou-se ainda modificar o texto para **na medida em que funcionem**, com o que o texto seria letra morta.

## CO-GESTÃO

Na realidade, ao não ter-se conseguido ampliar o debate político da questão, tudo parecia mera questão de redação. Contudo, a questão era outra: Cabe aos professores, trabalhadores com quaisquer outros, a tarefa de tentar obter subsídios para as suas empresas. É a co-gestão da empresa capitalista uma tarefa politicamente desejável para os trabalhadores, e em especial para os professores das universidades particulares. Cabe a eles resolver a crise da empresa capitalista que os explorou salarialmente durante toda a década de 70, época de ouro do modelo privado do ensino superior. Cremos que não. Mas sabemos que só levando esse debate abertamente poderemos evitar com que se perpetre um fundo golpe contra o direito de todos a uma educação gratuita em todos os níveis.

Contrariamente ao que acre-

ditam que o subsídio é uma arma na luta contra o desemprego nós nos posicionamos no sentido de que esta é uma luta mais geral, é a luta comum de todos os trabalhadores brasileiros. Nesse sentido temos clareza que o CONCLAT (Conferência das Classes Trabalhadoras) deve preparar uma estratégia global de luta contra todas as tentativas dos capitalistas de resolverem a crise a custa de novos e maiores sacrifícios dos assalariados.

## CAMPANHA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO

A ANDES, por deliberação do II CONAD, irá promover entre 21 e 25 de setembro próximo uma CAMPANHA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO. São as seguintes bandeiras que estarão sendo debatidas:

I - Pelo ensino público e gratuito para todos/ contra a privatização do ensino pago nas escolas públicas; contra a transformação das autárquias em fundações).

II - Pela autonomia e democratização da Universidade (pela exclusão das Universidades da Lei 6733; pela imediata extinção das ASI's).

III - Por melhores condições de trabalho (pela estabilidade no emprego; por um índice único de reajuste salarial sem escalonamento; por reajustes semestrais extensivos ao funcionalismo público).

Durante essa semana de mobilização nacional haverá um dia nacional de paralisação - dia 23/9 - durante o qual em todo o território nacional se estará debatendo os problemas acima citados. Acreditamos que efetivamente esse debate poderá orientar as ações futuras da ANDES no sentido de obter cada vez mais a integração nacional da categoria de professores universitários. Até o final de agosto todas as AD's estarão fazendo assembléias para

encaminhar a semana nacional de mobilização. O resultado das assembléias será entregue a ANDES que deverá unificar as deliberações tomadas pelas entidades de base.

### MOÇÃO DO CONAD SOBRE SUBSÍDIOS PARA AS PARTICULARES

"O CONAD se posicionou contra a concessão de subsídios às mantenedoras porque funcionam efetivamente como empresas privadas de ensino, capitalizado ou distribuindo a seus proprietários os benefícios obtidos, sem qualquer proveito para o ensino e a pesquisa na Universidade.

Ao se posicionar dessa maneira, a ANDES não subestima o problema gravíssimo dos estudantes e professores do ensino privado, considerando que os auxílios e bolsas para os estudantes, as verbas para a pesquisa e para a melhoria do ensino e das condições de trabalho e da remuneração dos professores devem ser admitidos desde que dados diretamente à comunidade acadêmica e controlada por ela, até que se resolva definitivamente a aberração que significa o ensino superior privado no Brasil".

### FILOSOFIA DA LINGUAGEM

Do dia 10 a 14 de agosto será realizado o Encontro Internacional de Filosofia de Linguagem, cuja tema central será: "O Diálogo". A promoção do encontro é do Centro de Lógica e Epistemologia e do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. As sessões serão realizadas na sede da CATI, Coordenadoria de Assistência Integral, à Av. Brasil, 2340.

A programação das conferências é a seguinte: dia 10, às 17 horas, abertura do Encontro com uma palestra do prof. Antônio

Cândido, seguida da conferência do prof. John Searle, da Universidade da Califórnia que falará sobre "Dialogue and Speech Acts". Do dia 11 ao 14 as sessões terão início às 9:30 hs no período da manhã e às 14:30 hs, no período da tarde.

No dia 11 falarão Gilles Granger, da Universidade de Provence, "Discutir e Convencer: uma abordagem do estudo pragmático das linguagens científicas", e Emmon Bach da Universidade

de Massachussetts, "Beyond Formal Semantics". No dia 13 Emanuel Schegloff da Universidade da Califórnia falará sobre "conversations as Sociological Topic" e George Lakoff, também da Universidade da Califórnia, sobre "Experiential Semantics". Dia 14, último dia do Encontro será a vez da conferência de Donald Davidson da Universidade de Chicago, falar sobre "Could there be language Without Convention?".

### A QUESTÃO CULTURAL

A Comissão Cultural de Unicamp, inicia suas atividades com três debates sobre a Questão Cultural da Universidade:

- dia 13/08 - 5a. feira - 12 hs - sala IF - 30

tema: A Questão Cultural na Unicamp: Constatções. debatedores: Rogério C. Cerqueira Leite; Paulo Gomes Romeu; Hélio Waldmann; Yaro Burian Jr; e 1 membro do Conselho Diretor.

- dia 18/08 - 3a. feira - 12 hs - sala IF - 30

tema: Cultura, Universidade, Abertura: Apanhado dos anos 60, 70 e 80. debatedores: Roberto Schwartz; Luiz Werneck Vianna; Manoel T. Berlinck; Francisco de Assis; Adauto Novaes e Rui Orlandi.

- dia 27/08 - 5a. feira - 12 hs - sala IF - 30

tema: Algumas Propostas de Trabalho Cultural na Unicamp. debatedores: Celso Nunes; Benito Juarez; Nuno; Renato Dagnino e 1 membro do Centro de Lógica e Epistemologia.

### BIOLOGIA DEBATE SUCESSÃO DO DIRETOR

A Congregação do Instituto de Biologia, seguindo a orientação do Conselho Diretor de consulta ampla aos membros da comunidade para escolha de cargos diretivos já formou sua Comissão para promover esta consulta tendo em vista a proximidade da eleição do Diretor do Instituto.

A Comissão mixta formada na Biologia para estudar as condições de realização da consulta é composta dos seguintes mem-

bro: Claudio Muller (MS - 1, Botânica), Luiz Duarte (MS-2, Zoologia), Paulo Araújo (MS-3, Microbiologia e Imunologia), Lúcia Airoldi (MS-4, Bioquímica), Ladaslav Sodek (MS-5, Fisiologia Vegetal), Antonio Celso Magalhães (MS-6, Fisiologia Vegetal), Kikyo Yamamoto (aluna) e Alaf-de Correa (funcionária). Os membros da Comissão, através de seus departamentos já iniciaram o debate sobre a sucessão no I. B.

### CONCLAT

Nos dias 21, 22 e 23 de agosto irá se realizar a 1a. Conferência da Classe Trabalhadora - CONCLAT, cujo temário é dividido em seis itens: Direito do trabalho, Sindicalismo, Previdência Social, Política Salarial e Econômica, Política Agrária e Problemas Nacionais.

# CONSTITUINTE

pular; revogar a Lei de Imprensa, Lei de Segurança Nacional; (...); democratizar a sociedade e a economia em todos os seus níveis". Ou seja, de acordo com a justificativa da resolução acima: "uma Constituinte agora, sem o povo organizado, não alterará a composição do Congresso Nacional e a Nova Carta Magna assim elaborada só atenderia os interesses de lideranças que, apesar de estarem na oposição, não tem comprometimento reais com os trabalhadores". As afirmações do professor Francisco Weffort, defensor desta visão predominante hoje no PT, aclaram de vez a posição: "o PT deve trabalhar pela organização dos trabalhadores para que, na eventualidade de uma Constituinte proposta por outros grupos, os trabalhadores possam marcá-la com suas propostas". (Jornal Em Tempo, N.o. 119)

Enquanto isto, outros grupos já se manifestam. O Ministro da Justiça, Abi-Ackel, Jarbas Passarinho e José Sarney, já admitiram publicamente a necessidade de uma Constituinte. Os dois primeiros acham que a Constituinte deveria ser convocada pelo General Figueiredo. O último levantou a idéia de Figueiredo criar uma comissão "Constituinte" a parte, logicamente da inteira confiança do regime. O III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, reunido em Brasília em 25 de maio de 1979, aprovou moção pelo "restabelecimento do voto direto em todos os níveis e pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livremente eleita". Este Congresso foi um dos mais representativos desde 1964, pois nele estavam representados a CONTAG, Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, 21 Federações e 1200 sindicatos de Trabalhadores Rurais, dos 2275 existentes.

Enquanto alguns grupos se manifestam, alguns setores da oposição levantam um falso dilema: quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha? Primeiramente os

trabalhadores se organizam e acumulam forças, só depois entram na luta política para valer. Não é preciso ter uma bola de cristal para saber os resultados: os trabalhadores ficam isolados e não fazem nem uma coisa nem outra, pelo contrário, ficam restritos

## CONSTITUINTE: EIXO CENTRAL DA LUTA POLÍTICA

As preocupações de companheiros combativos são ainda sintetizadas pelas posições de Weffort: "se descolarmos o eixo da organização dos trabalhadores para uma luta pela Constituinte, por mais que tenhamos clareza teórica sobre o que deve ser uma Constituinte, vai prevalecer o discurso liberal, elitista e jurdica".

Esta visão não reconhece que a luta pela democracia interessa fundamentalmente aos trabalhadores, que na democracia os trabalhadores avançam na sua luta e em sua organização. Esta visão não reconhece ainda que na luta pela democracia os trabalhadores devem ser a força política dirigentes, ganhando força, isolando gradativamente os setores não comprometidos com os mesmos e impondo posteriormente na Constituinte as mudanças que mais lhes interessam. Além do mais o discurso liberal prevalece não pela presença mais principalmente pela ausência dos trabalhadores.

O eixo central da luta política, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, deve ser entendida não de uma maneira abstrata, mas a partir das lutas concretas dos trabalhadores, das lutas que mobilizam.

A luta por melhores salários, a luta pela garantia das eleições de 82 e durante as mesmas, a luta contra todas as leis restritivas e repressivas, a luta contra o desemprego, abrem caminho para vitórias parciais importantes pois representarão um alívio na situação de exploração do povo brasileiro.

Contudo, estas lutas parciais, se desenvolvidas sem qualquer

à luta econômica e a direção da luta política é dada por setores liberais e progressistas da burguesia. O processo de organização das forças políticas populares não se faz antes nem depois, mais durante, no decorrer, da própria luta política.

relação com a luta política central que questiona toda a estrutura de poder, levam, por um lado, a dispersão das forças acumuladas, porque não direcionam a ação geral dos trabalhadores para o fim da ditadura. Por outro lado, se estas lutas não vierem acompanhadas por uma luta pelo poder, adquirem apenas um caráter reformador do regime, pois ainda que toquem em alguns pontos importantes de dominação do regime militar, não o atingem de uma maneira global e portanto não rompem com os seus alicerces fundamentais.

Portanto não há nenhum antagonismo entre a luta política central pela Constituinte e as lutas parciais. Muito pelo contrário, estas são as bases para o surgimento de uma luta unificada pela Constituinte.

A Constituinte representa a modificação da estrutura de poder. E as modificações serão mais profundas na direção dos interesses dos trabalhadores (amplas liberdades políticas, modificações profundas na política econômica, reforma agrária radical) quanto mais profundo for o seu engajamento na proposta política que questiona globalmente o regime e que coloca a questão de poder hoje, neste momento.

A dispersão das forças acumuladas e as lutas parciais que reformam o regime, sem nenhuma luta política central pelo poder, direcionada pelos setores populares, é que garante as preocupações do Sr. Weffort, quais sejam, "vai prevalecer o discurso liberal, elitista e jurdica."

# CONSTITUINTE

A Constituinte representa a modificação da estrutura do poder. E as modificações serão mais profundas na direção dos interesses dos trabalhadores (amplas liberdades políticas, modificações profundas na política econômica, reforma agrária radical) quanto mais profundo for o seu engajamento na proposta política que questiona globalmente o regime e que coloca a questão do poder hoje, neste momento. A convocação de uma Assembléia Constituinte se constitui hoje na principal luta dos trabalhadores? A questão da Constituinte é aqui analisada por dois professores da Unicamp.

## CONTRA A CONSTITUINTE? NAO.

José Benedito Schneider

Por uma Assembléia Nacional Constituinte. Essa questão está colocada para todos os setores de oposição ao regime militar, desde os idos da distensão lenta, gradual e segura do governo Geisel, por volta de 76/77. Subentendia-se que com a crise econômica se configurando e a base social de apoio ao golpe de 64 se esfacelando, poder-se-ia forçar o regime a segundas concessões que abrandassem seu poder, terminando por entregá-lo a quem de direito, a sociedade. E essa transição se daria através de uma Assembléia Constituinte, eleita para tal fim. Fica então, uma pergunta: É essa a principal luta, hoje, dos trabalhadores?

### "A ABERTURA"

Para a resposta, é preciso lembrar os fatos que mostram, precisamente, os recuos do regime (ou, pela mesma visão, as conquistas do movimento popular organizado) e suas características comuns. As concentrações (e protestos) em praça pública, inicialmente como o movimento estudantil; os comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs); as pioneiras greves operárias no ABC; a sistemática campanha anti-censura da imprensa (grande e nanica; as sucessivas derrotas eleitorais impostas pela população em 74, 76 e 78 ao regime; as denúncias constantes de torturas e do aparelho de repressão, etc. Enfim, todos estes

fatos se deram antes (e não durante ou depois) dos recuos do governo. A lei da Anistia (restrita) a nova lei de Imprensa, o reconhecimento da existência de greves e protestos na praça, a mudança do AI-5 em Lei de Segurança Nacional, o freiamento da repressão (para não prejudicar a "imagem externa" do Brasil), em resumo, a propalada "abertura", são, parafraseando o ditado: "Ceder os anéis para não perder os dedos".

Esses recuos táticos do regime se deram ante fatos concretos: a população se fortalecia contra ele. Ao mesmo tempo em que aparentemente cede, procura se fortalecer arrastando para si setores que antes lhe faziam oposição. Nessa nova tentativa de entronização (não mais pelas armas e pela força) chega até a lhe ser simpática a proposta de uma Constituinte "com João" (remember Getúlio).

### CONSTITUINTE: LUTA DE QUEM?

Evidentemente, a proposta de setores autênticos de oposição que hoje defendem a Constituinte é a "sem João", (ou seja, com o fim do regime militar). Acredito que é uma luta correta, principalmente pelo seu pressuposto. Entretanto, frente à pergunta colocada inicialmente: É essa a luta principal, hoje, dos trabalhadores?, a resposta, é NÃO. O argu-

mento já está colocado: o regime só se curva a forças maiores que si, e organizadas. Portanto, sem o fortalecimento de todos os setores de oposição e um direcionamento de lutas pelo fim do regime, o máximo que se conseguirá é uma Constituinte ao gosto dos atuais (e, por eles, ternos) detentores do poder.

Aos trabalhadores, cabe hoje, a criação de seus canais próprios de expressão política, o fortalecimento dos sindicatos, a derrubada da legislação anti-grave, o fim da Lei de Segurança Nacional, a realização das eleições de 82, enfim, de todas as lutas que permitam o confronto final em pé de igualdade ou superioridade.

O fim de regime é fundamentalmente uma questão de correlação de forças. A Assembléia Nacional Constituinte é um corolário desse processo.

A Constituinte é uma luta correta? Sim

É, hoje, a principal luta dos trabalhadores? Não.

## A VISÃO MECANICISTA DA LUTA

Renato Atilio Jorge

Alguns setores da oposição, notadamente boa parte de companheiros dentro do PT, tem sido contra a luta política pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. A Comissão Diretora Nacional Provisória deste partido acaba de tirar uma resolução em que afirma "de uma vez por todas que o PT não é contra a Constituinte mas apenas não dá prioridade a essa bandeira de luta".

Esta posição torna-se mais clara quando "o PT propõe que os trabalhadores se organizem nas lutas para realizar eleições amplas, livres, gerais; obter liberdade de reunião, expressão e organização político-partidária, política sindical, associativa, po-